

ENTENDA O CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE

(Lei Complementar n.º 225/2026)

O que todo empresário do comércio de bens, serviços e turismo precisa saber sobre seus direitos, deveres e a atuação do Fisco.



Sindicatos
Empresariais

Sistema Comércio

O QUE É O CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE?

O Código de Defesa do Contribuinte foi instituído pela Lei Complementar n.º 225 de 08 de janeiro de 2026 e estabelece normas gerais de proteção e organização da relação entre o contribuinte (ou responsável) e a administração tributária (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

Ele consolida direitos, deveres e padrões mínimos de atuação do Fisco, buscando tornar a relação mais transparente, previsível, equilibrada e cooperativa.

Assim, o empresário passa a ter um conjunto claro de garantias legais que devem ser respeitadas por todos os entes federativos.

QUAL SEU OBJETIVO?

O objetivo da criação do Código de Defesa do Contribuinte é promover um equilíbrio e uma relação de cooperação entre o Fisco e o contribuinte, além de estabelecer normas de proteção para os bons pagadores e combater o devedor contumaz.

QUEM ESTÁ SUJEITO ÀS REGRAS DO CÓDIGO?

O Código se aplica:

- À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;
- A todos os contribuintes, pessoas físicas e jurídicas.

Isto é, as regras são de observância obrigatória por todas as administrações tributárias, respeitando as competências constitucionais de cada ente.

Assim, independentemente do tributo ou do ente arrecadador, o contribuinte passa a contar com um padrão nacional mínimo de proteção.

SEGUNDO O CÓDIGO, COMO O FISCO DEVE AGIR NO DIA A DIA?

O Código de Defesa do Contribuinte estabelece diretrizes de conduta para a atuação da Administração Tributária, orientando como o Fisco deve se comportar na relação com os contribuintes. Em síntese, o Fisco deve:

1) Respeitar a segurança jurídica e a boa-fé:

O Fisco deve aplicar a legislação de forma previsível, coerente e transparente, evitando mudanças repentinas de entendimento que prejudiquem o planejamento das empresas e garantindo uma relação baseada na confiança e na boa-fé. (Art. 3º, I)

2) Buscar reduzir conflitos e processos:

A atuação deve priorizar a prevenção de litígios e, sempre que possível, estimular soluções consensuais. (Art. 3º, II)

3) Respeito ao devido processo e às garantias do contribuinte:

O Fisco deve cumprir corretamente todas as etapas e formalidades do procedimento administrativo, assegurando que o contribuinte tenha pleno direito de defesa e participação no processo. (Art. 3º, III)

4) Facilitar o cumprimento das obrigações tributárias:

A administração deve simplificar procedimentos, fornecer orientações claras e adotar mecanismos que tornem mais fácil para o contribuinte cumprir suas obrigações fiscais. (Art. 3º, IV)

5) Aplicação da medida menos onerosa possível:

Sempre que houver mais de uma forma legal de atingir o objetivo da fiscalização ou da cobrança, deve ser escolhida a alternativa que cause menor impacto econômico e operacional ao contribuinte. (Art. 3º, V)

6) Atuar com eficiência administrativa:

O Fisco deve organizar seus recursos e processos para garantir agilidade, evitar burocracia excessiva e melhorar a qualidade dos serviços prestados. (Art. 3º, VI)

7) Presumir a boa-fé do contribuinte:

O contribuinte deve ser considerado regular até que existam elementos concretos que justifiquem fiscalização ou correção, mas sem impedimentos para realização auditorias e diligências legais. (Art. 3º, VII)

8) Fundamentar os atos que imponham deveres, sanções, restrições ou neguem direitos:

Toda decisão deve explicar claramente os fatos e a base legal que justificam a medida, permitindo ao contribuinte compreender exatamente o motivo da cobrança ou penalidade. (Art. 3º, VIII)

9) Garantir contraditório e ampla defesa:

O contribuinte deve ter oportunidade de se manifestar, apresentar provas e recorrer antes de qualquer decisão definitiva que lhe imponha ônus ou penalidades. (Art. 3º, IX)

10) Proibição de cobrança indevida de despesas processuais:

O Fisco não deve cobrar do contribuinte despesas processuais em processos administrativos tributários, salvo quando existir previsão legal específica autorizando essa cobrança. (Art. 3º, X)

11) Atuação ética e limitação na coleta de informações:

O Fisco deve agir com ética, probidade e boa-fé, solicitando apenas as informações estritamente necessárias para o exercício de suas atividades, evitando excessos, exposições indevidas ou exigências desproporcionais. (Art. 3º, XI)

12) Impulsionar, de ofício, o processo administrativo tributário:

O Fisco deve dar andamento ao processo por iniciativa própria, sem deixar o contribuinte “parado no tempo” por falta de movimentação interna da Administração. (Art. 3º, XII)

13) Considerar o comportamento do contribuinte e a sua capacidade de cumprimento das obrigações tributárias:

O Fisco deve avaliar o histórico de colaboração da empresa e as condições reais que impactam sua capacidade de cumprir as obrigações, para aplicar a legislação de forma mais justa e adequada a cada situação. (Art. 3º, XIII)

14) Transparência e participação na elaboração das normas:

O Fisco deve criar mecanismos que permitam transparência e participação social na construção e melhoria das normas tributárias, inclusive ouvindo contribuintes e entidades representativas como a Fecomércio MG e os sindicatos empresariais. (Art. 3º, XIV)

15) Promover ações e campanhas de orientação dos contribuintes:

O Fisco deve orientar de forma ativa, por campanhas e ações educativas, para que o contribuinte entenda como cumprir corretamente suas obrigações e reduza erros por falta de informação. (Art. 3º, XV)

16) Adequação das obrigações às características de cada setor:

O Fisco deve ajustar exigências e obrigações considerando como cada setor funciona, evitando impor modelos que não se encaixem na realidade operacional de determinadas atividades. (Art. 3º, XVI)

17) Comunicação clara de pendências e orientação para regularização:

Sempre houver atraso, erro ou pendência, o Fisco deve avisar o contribuinte de forma clara, de preferência automática, e explicar o que precisa ser feito para regularizar a situação. (Art. 3º, XVII)

18) Reconhecimento e valorização do bom contribuinte:

O Fisco deve reconhecer as empresas que mantêm seus tributos em dia e colaboram com as obrigações fiscais, permitindo que essas empresas tenham acesso a benefícios e facilidades previstas nos programas de conformidade. (Art. 3º, XVIII e § 7º)

19) Canal permanente de comunicação com o contribuinte:

Deve existir canal acessível para que o contribuinte registre manifestações, acompanhe respostas e contribua para o aperfeiçoamento da atuação administrativa. (Art. 3º, XIX)

20) Possibilidade de regularização antes da autuação:

Sempre que permitido em lei, o contribuinte deve ter a chance de corrigir erros e regularizar obrigações antes da aplicação de multas e autuações. (Art. 3º, XX)

QUAIS SÃO OS DIREITOS DOS CONTRIBUINTE?

1) Receber informações claras e acessíveis: o contribuinte tem direito a receber orientações, informações e esclarecimentos do Fisco de forma simples, objetiva e compreensível, facilitando o correto cumprimento das obrigações tributárias. (Art. 4º, I)

2) Ser tratado com respeito e urbanidade: o atendimento deve ser realizado de forma respeitosa, adequada e profissional, vedadas condutas abusivas, constrangedoras ou desrespeitosas. (Art. 4º, II)

3) Acompanhar processos administrativos: o contribuinte tem direito de ser informado sobre a tramitação de processos administrativos em que seja parte ou interessado. (Art. 4º, III)

4) Ter acesso aos processos e obter cópias: é garantido o direito de consultar processos, documentos e obter cópias dos autos administrativos. (Art. 4º, IV)

5) Acessar e corrigir seus dados cadastrais e fiscais: o contribuinte pode acessar informações mantidas pelo Fisco e solicitar correção, atualização ou complementação de dados incorretos ou incompletos. (Art. 4º, V)

6) Ser intimado e poder contestar atos e decisões do Fisco: o contribuinte tem direito de ser formalmente comunicado e de contestar (impugnar) atos ou decisões que lhe imponham obrigações, custos, penalidades ou restrições ao exercício de direitos e atividades. (Art. 4º, VI)

7) Apresentar defesa e recorrer de decisões contrárias ao seu pedido: é assegurado o direito do contribuinte de recorrer contra decisões desfavoráveis a seu pedido. (Art. 4º, VII)

8) Apresentar provas na sua defesa: o contribuinte tem direito de apresentar documentos, informações e outros meios de prova para demonstrar que suas alegações estão corretas em processos administrativos tributários, garantindo que sua defesa seja efetivamente analisada. (Art. 4º, VIII)

9) Menos exigência de documentos repetidos: o contribuinte não pode ser obrigado a entregar novamente documentos ou informações que já estejam em poder da Administração Tributária, salvo se houver necessidade comprovada. (Art. 4º, IX)

10) Ser acompanhado por advogado ou representante: o contribuinte pode ser assistido por advogado ou representante durante fiscalizações e processos administrativos. (Art. 4º, X)

11) Ter decisão em prazo razoável: os processos administrativos devem ser analisados e decididos em tempo adequado, sem demora excessiva. (Art. 4º, XI)

12) Identificar quem o está fiscalizando ou atendendo: o contribuinte tem direito de saber quem são os agentes do Fisco e quais são suas atribuições nos órgãos públicos fazendários e durante procedimentos de fiscalização. (Art. 4º, XII)

13) Ter seus dados e informações protegidos: as informações prestadas ao Fisco devem ser mantidas em sigilo, salvo na hipótese de ausência de sigilo, autorização legal ou determinação judicial. (Art. 4º, XIII)

14) Ter direito à reparação quando houver condenação por crime de excesso de exação: se houver decisão judicial definitiva condenando agente público pelo crime de excesso de exação, que é a cobrança ilegal ou vantagem indevida, o contribuinte tem direito de buscar reparação pelos danos sofridos. (Art. 4º, XIV)

15) Receber cobranças apenas do valor legalmente devido: o contribuinte só pode ser cobrado por tributos e multas no valor previsto em lei, sem cobranças a maior ou indevidas. (Art. 4º, XV)

16) Ter tratamento facilitado quando houver dificuldade econômica: quando o contribuinte estiver em situação de hipossuficiência, deve receber tratamento diferenciado e facilitado para exercer seus direitos e cumprir obrigações. (Art. 4º, XVI)

17) Execução da garantia somente após decisão definitiva: quando o contribuinte apresentar garantia por fiança bancária ou seguro garantia em um processo, em caso de decisão desfavorável ao contribuinte, o fisco só poderá executar as garantias quando a decisão transitar em julgado, ou seja, quando não couber mais recurso contra a decisão. (Art. 4º, XVII)

QUAIS SÃO OS DEVERES DOS CONTRIBUINTE?

1) Agir com cuidado e diligência no cumprimento das suas obrigações: o contribuinte deve adotar as cautelas necessárias para cumprir corretamente suas obrigações tributárias, evitando erros, omissões e inconsistências. (Art. 5º, I)

2) Atuar com boa-fé, honestidade e cooperação: o contribuinte deve agir de forma correta, transparente e colaborativa no relacionamento com a administração tributária. (Art. 5º, II)

3) Prestar informações e apresentar documentos quando solicitado: quando o Fisco fizer uma solicitação dentro da lei, o contribuinte deve apresentar os documentos e informações pedidos, sob pena de consequências legais em caso de recusa. (Art. 5º, III)

4) Declarar as operações consideradas relevantes pela legislação tributária: sempre que a legislação determinar, o contribuinte deve declarar operações e fatos relevantes ao Fisco. (Art. 5º, IV)

5) Guardar notas e documentos fiscais pelo prazo exigido: em regra, documentos fiscais devem ser guardados por no mínimo 5 anos, contados a partir do ano seguinte ao da operação, podendo existir prazos maiores dependendo do tipo de documento ou da atividade da empresa. (Art. 5º, V)

6) Pagar tributos e entregar obrigações no prazo: o contribuinte deve pagar os tributos e entregar declarações, escriturações e informações dentro dos prazos definidos pela legislação. (Art. 5º, VI)

7) Cumprir decisões definitivas: quando houver decisão administrativa ou judicial definitiva, o contribuinte deve cumprir o que foi determinado. (Art. 5º, VII)

8) Contribuir para a melhoria das regras tributárias: o contribuinte pode colaborar com o aperfeiçoamento da legislação tributária, enviando sugestões e participando de consultas, audiências ou outras iniciativas promovidas pela Administração Tributária. (Art. 5º, VIII)

9) Exigir a emissão de documento fiscal nas operações: sempre que a lei exigir que a outra parte emita nota fiscal, o contribuinte deve exigir esse documento na operação em que participar. (Art. 5º, IX)

10) Empenhar-se em utilizar programas de pagamento facilitado e de solução de conflitos: o contribuinte deve se esforçar para utilizar os parcelamentos, programas de regularização e meios alternativos de solução de conflitos oferecidos pelo Fisco, quando essas opções forem adequadas ao seu caso. (Art. 5º, X)

11) Comunicação de irregularidade de terceiros: o contribuinte pode informar (denunciar) à Administração Tributária condutas irregulares de outros contribuintes das quais tenha conhecimento no exercício de suas atividades. (Art. 5º, parágrafo único)

REGULAMENTAÇÃO DO DEVEDOR CONTUMAZ

Além de estabelecer direitos e deveres dos contribuintes, a Lei Complementar nº 225/2026 introduz uma nova forma de organizar a relação entre o Fisco e os contribuintes, baseada no comportamento tributário das empresas ao longo do tempo, com especial foco no combate aos chamados “**devedores contumazes**”.

QUEM PODE SER CONSIDERADO DEVEDOR CONTUMAZ?

O devedor contumaz é expressamente definido pela lei como o sujeito passivo cujo comportamento se caracteriza por inadimplência substancial, reiterada e injustificada de tributos (art. 11). Para essa análise, a legislação considera, três critérios principais:

1. Critério de valor (inadimplência substancial)

No âmbito federal, são considerados relevantes os **débitos superiores a R\$ 15 milhões** e que ultrapassem **100% do patrimônio conhecido** do contribuinte.

No âmbito estadual e municipal, a caracterização da inadimplência substancial dependerá da regulamentação de cada ente federativo, que poderá estabelecer valores próprios para fins de enquadramento.

2. Critério de recorrência (inadimplência reiterada)

A inadimplência deve ocorrer por **mais de quatro períodos consecutivos** ou por **mais de seis períodos alternados dentro de um intervalo de doze meses**, demonstrando habitualidade no não pagamento.

3. Critério de motivação (inadimplência injustificada)

A inadimplência **sem justificativa legítima**, ou seja, não amparada por discussões administrativas ou judiciais regulares, nem por situações excepcionais devidamente comprovadas.

COMO OCORRE A IDENTIFICAÇÃO DO DEVEDOR CONTUMAZ?

A identificação do devedor contumaz ocorre por meio de **processo administrativo específico**, no qual o contribuinte deverá ser formalmente notificado.

Após a notificação, o contribuinte terá o **prazo de 30 dias** para regularizar os débitos ou apresentar defesa demonstrando elementos que afastem o enquadramento.

Somente após esse procedimento, e caso não haja regularização nem acolhimento da defesa, poderá ocorrer o enquadramento como devedor contumaz.

QUAIS MEDIDAS O DEVEDOR CONTUMAZ PODE SOFRER?

Uma vez confirmado o enquadramento como devedor contumaz, a Lei Complementar nº 225/2026 autoriza, em seu art. 13, a aplicação de **medidas restritivas** relevantes, que podem ser adotadas de forma isolada ou cumulativa, conforme as características de cada caso.

Na prática, o devedor contumaz poderá estar sujeito às seguintes consequências:

1) Perda ou impedimento de acesso a benefícios fiscais: a empresa poderá ser impedida de usufruir incentivos fiscais, regimes especiais, isenções ou tratamentos tributários diferenciados enquanto permanecer nessa condição, o que pode aumentar a carga tributária efetiva e reduzir sua competitividade.

2) Impedimento de participar de licitações públicas: a empresa fica impedida de participar de licitações e celebrar contratos com a Administração Pública, limitando oportunidades de negócios com entes públicos.

3) Impedimento de firmar novos vínculos com o poder público: a empresa poderá ser impedida de obter novas autorizações, licenças, habilitações, concessões, permissões ou qualquer outro tipo de vínculo com o poder público, o que pode impactar diretamente a operação de determinados negócios regulados.

4) Risco de impacto em processos de recuperação judicial: se a empresa estiver em recuperação judicial e for enquadrada como devedor contumaz, a Fazenda Pública poderá pedir ao Judiciário que a recuperação seja encerrada e convertida em falência, cabendo ao juiz analisar o caso e decidir, o que pode representar risco relevante para empresas em reestruturação.

5) Inaptidão do cadastro do contribuinte: a Administração Tributária poderá declarar a inscrição do contribuinte como inapta enquanto persistirem as condições que justificaram o enquadramento como devedor contumaz, o que pode dificultar a emissão de notas fiscais, a obtenção de certidões e a regularidade da atividade empresarial.

6) Aplicação de rito mais rigoroso no contencioso administrativo federal: no âmbito federal, o devedor contumaz poderá ser submetido ao rito de julgamento previsto no art. 23, parágrafo único, da Lei nº 13.988/2020. Nesse rito, o processo é decidido em instância única pela própria Delegacia de Julgamento da Receita Federal, sem possibilidade de recurso ao CARF, o que reduz as instâncias de revisão administrativa disponíveis ao contribuinte.

7) Fiscalização intensificada pelo Regime Especial de Fiscalização (REF): a empresa poderá ser incluída em um regime de fiscalização mais rigoroso, chamado Regime Especial de Fiscalização (REF), previsto nos arts. 338 a 341 da Lei Complementar n.º 214/2025, o qual o Fisco passa a acompanhar suas operações de forma contínua e mais próxima para garantir o correto cumprimento das obrigações com a CBS e o IBS.

ESSAS MEDIDAS PODERÃO SER REVERTIDAS?

Sim. As medidas podem deixar de ser aplicadas se o contribuinte regularizar sua situação, quitar os débitos ou cumprir regularmente eventual acordo, nos termos previstos nos arts. 14 e 15 da Lei.

E OS CONTRIBUINTE BONS PAGADORES E COOPERATIVOS?

PROGRAMAS DE CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

O Código de Defesa do Contribuinte não define expressamente quais são os critérios objetivos para classificar um contribuinte como bom pagador e cooperativo, no entanto, visando valorizar o comportamento positivo destes contribuintes e incentivar o cumprimento voluntário das obrigações fiscais, ele institui programas de conformidade tributária e aduaneira, que tem como objetivos principais:

- Estimular o pagamento correto e no prazo das obrigações;
- Reduzir a litigiosidade entre empresas e o Fisco;
- Fortalecer a previsibilidade e a cooperação na relação entre Fisco e contribuinte.

A ideia central é que empresas que mantêm boa governança tributária e transparência tenham benefícios, comunicação mais rápida com o Fisco e menor risco de conflitos. Assim, foram instituídos os seguintes programas:

1) PROGRAMA CONFIA - Conformidade Cooperativa Fiscal

O que é?

É um programa de **adesão voluntária**, voltado para empresas que desejam construir uma relação cooperativa com o Fisco, baseada em confiança, transparência e segurança jurídica.

A empresa que participa do programa se compromete com boas práticas de governança tributária e, em contrapartida, passa a ter um relacionamento mais próximo e orientativo com a Administração Tributária.

Como funciona na prática?

- A empresa adota padrões de **governança corporativa tributária**, com organização dos controles e informações fiscais.
- Existe um **canal personalizado de comunicação com o Fisco**, facilitando esclarecimento de dúvidas e alinhamento prévio.
- A empresa pode fazer **esclarecimentos voluntários de inconsistências**, sem aplicação de multa de ofício, quando houver correção espontânea.

Qual são os benefícios?

Mais segurança jurídica, menos risco de autuações inesperadas e maior previsibilidade na relação com o Fisco.

Para saber mais, [clique aqui](#).

2) PROGRAMA SINTONIA – Estímulo à Conformidade Tributária

O que é?

Funciona como um **sistema de classificação (rating)** dos contribuintes, que avalia o nível de conformidade da empresa com suas obrigações tributárias. Essa nota é calculada com base em critérios objetivos, como:

- regularidade cadastral;
- pagamento dos tributos;
- cumprimento de prazos;
- exatidão das informações prestadas.

Quanto melhor a classificação, maiores os benefícios.

Como funciona na prática?

- A empresa recebe uma **avaliação periódica de conformidade**.
- Empresas melhor classificadas passam a ter tratamento prioritário em diversos serviços.

Qual são os benefícios?

- Prioridade em restituições e ressarcimentos;
- Atendimento preferencial nos canais da Receita;
- Possibilidade de autorregularização de débitos em até 60 meses, em determinadas situações;
- Participação prioritária em seminários e programas de orientação fiscal.

Para mais informações, [clique aqui](#).

3) PROGRAMA OEA - Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado:

O que é?

O OEA é **voltado para empresas que atuam no comércio exterior e na cadeia logística**, reconhecendo aquelas que demonstram alto nível de conformidade, segurança e confiabilidade.

O foco está na segurança física e lógica das operações, integridade dos processos e regularidade fiscal e aduaneira.

Como funciona na prática?

- A empresa passa por um processo de certificação junto à Receita Federal.
- Após certificada, passa a ser considerada **parceira confiável da Aduana**.

Qual são os benefícios?

- Menor índice de conferência aduaneira, com menos inspeções;
- Liberação mais rápida de mercadorias;
- Possibilidade de diferimento de tributos até o 20º dia do mês subsequente;
- Reconhecimento internacional, facilitando operações com outros países.

Para mais informações, [clique aqui](#).

SELOS DE CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (SCTA)

No âmbito dos programas de conformidade tributária e aduaneira, os contribuintes que apresentarem elevado nível de regularidade e organização poderão receber o Selo de Conformidade Tributária e Aduaneira (SCTA), que funciona como um reconhecimento formal do bom comportamento fiscal da empresa.

A obtenção do selo pode trazer os seguintes benefícios para as empresas:

- Bônus de adimplência: desconto de 1% a 3% na CSLL, limitado ao valor máximo de R\$ 1.000.000,00 por ano.

Atenção: esse benefício não se aplica a empresas optantes pelo Simples Nacional.

- Prioridade em licitações públicas: o selo poderá ser utilizado como critério de desempate em processos licitatórios, aumentando a competitividade da empresa em contratações públicas.
- Tramitação prioritária de processos e demandas: processos administrativos e solicitações junto à Receita Federal passam a ter prioridade de análise, reduzindo tempo de espera e burocracia.
- Prazo para regularização sem multa de mora: concessão de prazo de até 60 dias para correção de inconformidades, sem incidência de multa de mora, permitindo ajustes preventivos.

Atenção:

Apesar das vantagens, a adesão aos programas de conformidade e ao selo exige avaliação cuidadosa, pois pode envolver: custos elevados de implementação, maior exposição de informações ao Fisco, confissão irretratável de débitos, em algumas situações, risco de exclusão do programa, com retorno de multas e penalidades, menor flexibilidade na estratégia tributária. Por isso é importante que o empresário avalie com cuidado.

A PARTIR DE QUANDO O CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE PASSA A VALER?

O Código de Defesa do Contribuinte entrou em vigor na data da publicação da Lei Complementar n.º 225, em 09 de janeiro de 2026.

Já os Programas de Conformidade Confia e Sintonia, assim como os selos de conformidade, passam a produzir efeitos somente após 90 dias da publicação da lei, ou seja, a partir de 09 de abril de 2026.

CONCLUSÃO

O Código de Defesa do Contribuinte representa um passo importante para tornar a relação entre o Fisco e os contribuintes mais clara, equilibrada e previsível.

Para o empresário do comércio de bens, serviços e turismo, compreender essas regras vai além do cumprimento da legislação e se torna uma ferramenta de gestão para reduzir riscos, prevenir conflitos e qualificar a relação com o poder público.

A criação da figura do devedor contumaz exige atenção permanente à regularidade fiscal, ao acompanhamento de notificações e aos prazos de defesa, para evitar impactos na operação da empresa.

Por outro lado, a criação dos programas de conformidade abre oportunidades para quem investe em organização, transparência e governança, desde que avaliados com cautela e de acordo com a realidade de cada empresa.

Em um cenário tributário cada vez mais complexo, manter controles adequados, documentação organizada e acompanhamento permanente da legislação deixa de ser apenas uma obrigação e passa a ser um diferencial competitivo.

MAIS INFORMAÇÕES

A **equipe tributária da Fecomércio MG** está à disposição para esclarecimentos relacionados ao tema, por meio do e-mail **juridico@fecomerciomg.org.br**.

Informamos que essa cartilha tem como **propósito informar as empresas representadas pela Fecomércio MG** sobre os principais pontos do **Código de Defesa do Contribuinte**.

Destacamos que este documento possui finalidade estritamente informativa, **não devendo ser considerado como aconselhamento jurídico**.

FICHA TÉCNICA

Realização

Setor Jurídico da Fecomércio MG

Texto

Danielle Iranir

Coordenadora Jurídico-Tributária da Fecomércio MG

Projeto Gráfico e Diagramação

Lucas Peroni - Analista de Marketing

Janeiro de 2026.



Fecomércio MG



Sindicatos
Empresariais

Sistema Comércio